



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2024

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA

O Fundo Municipal de Saúde de Ibicaré, através de sua Secretária de Saúde, Sra. Marlene Alberguini, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

OBJETO: Credenciamento para contratação de profissional de Fisioterapia, para realização de sessões de fisioterapia, para os pacientes da Secretaria da Saúde, durante o ano de 2024.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2024.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início na data de publicação deste termo até 31/12/2024, no horário de expediente em vigor.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Setor Administrativo, localizada na Rua Dom Pedro II, 133, Centro, Ibicaré/SC, contato: 49 3538-0222.

Ibicaré – SC, 20 de agosto de 2024.

MARLENE ALBERGUINI
Fundo Municipal de Saúde de Ibicaré



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



1. DO OBJETO E DOS VALORES

O presente Edital tem como objeto: **Credenciamento para contratação de profissional de Fisioterapia, para realização de sessões de fisioterapia, para os pacientes da Secretaria da Saúde, durante o ano de 2024.**

Item	Unid.	Descrição	Valores máximos
01	Unid.	Fisioterapia Clínica	R\$ 50,66
02	Unid.	Fisioterapia Domiciliar	R\$ 78,35

1.1. O valor previsto para realização de sessões de fisioterapia é de R\$ 36.406,00 (Trinta e seis mil quatrocentos e seis reais), sendo que esse valor será disponibilizado para pagamento das sessões realizadas por todos os credenciados, sem distinção de valores entre os contratos gerados.

1.2. O pagamento das sessões realizadas pelas proponentes credenciadas, será efetuado mensalmente, mediante a conferência das autorizações assinadas pelo servidor responsável. Após a conferência, a Secretaria da Saúde emitirá a respectiva Autorização de Fornecimento, que será enviada para a proponente para a emissão da Nota Fiscal que, após apresentada, seguirá para o processo de empenho e pagamento.

1.3. Caberá a Secretaria da Saúde o controle do saldo do Edital, através da emissão das Autorizações de Fornecimento para cada ente credenciado, sendo que, quando o saldo estiver próximo do fim, a Secretaria avisará aos credenciados para que não mais realizem as sessões de fisioterapia contratadas.

1.4. Caso o saldo do Edital seja extinto, mesmo antes do final da vigência do mesmo, deverá ser lançado novo edital, com novo saldo.

2. DA PROPOSTA

2.1. Os credenciados deverão efetuar as sessões de fisioterapia para pacientes atendidos pela secretaria de saúde em estabelecimento próprio/hospital/domicílio conforme autorização assinada por servidor responsável.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As proponentes interessadas no credenciamento deverão apresentar junto ao Setor Administrativo, localizada na Rua Dom Pedro II, 133, Centro, Ibicaré/SC, contato: 49 3538-0222, os seguintes documentos:

1. Contrato Social;
2. CNPJ;
3. Regularidade com a Fazenda Federal, válido;
4. Regularidade com a Fazenda Estadual, válido;
5. Regularidade com a Fazenda Municipal, válido;
6. Regularidade com o Fundo de Garantia (FGTS), válido;
7. Regularidade fiscal com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) – CNDT, válido;
8. Certificado de Registro no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Ibicaré - CRC, válido;
9. Declaração de cumprimento das exigências mínimas (modelo – Anexo);



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



10. Declaração de execução dos serviços (modelo – Anexo);
11. Alvará de Localização e Funcionamento, válido;
12. Alvará Sanitário, que atenda a necessidade do objeto do credenciamento, válido;
13. Declaração indicando o profissional responsável pela execução do(s) serviço(s) e de que o mesmo possui registro de inscrição no conselho profissional competente, válido.
14. Comprovação através do Certificado que o profissional possui formação em Fisioterapia.
15. Registro do Profissional junto ao CREFITTO e que atua na Clínica.
16. Cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.
17. Termo de Credenciamento (modelo – Anexo).

3.2. Pessoa física

1. CPF;
2. Regularidade com a Fazenda Municipal, válido;
3. Declaração de execução dos serviços (modelo – Anexo);
4. Alvará de Localização e Funcionamento, válido;
5. Alvará Sanitário, que atenda a necessidade do objeto do credenciamento, válido;
6. Declaração indicando o profissional responsável pela execução do(s) serviço(s) e de que o mesmo possui registro de inscrição no conselho profissional competente, válido.
7. Registro do Profissional junto ao CREFITTO.

3.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.4. As certidões e certificados exigidos para credenciamento poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pela Comissão Permanente de Licitações, no respectivo *site* do órgão emissor.

3.5. Os documentos deverão estar em envelope fechado, no endereço descrito no subitem 3.1 e 3.2, endereçados a Diretoria Administrativa de Saúde.

4. EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

4.1. A proponente credenciada deverá atender expressamente as exigências:

- A (s) proponente (s) credenciada (s) não poderá (ão) sublocar os serviços credenciados sob pena de descredenciamento, sendo que os pacientes terão direito à livre escolha da clínica devidamente credenciada, após o recebimento da autorização da Secretaria da Saúde, por meio de um servidor responsável, onde constará o contato de todas as proponentes credenciadas, conforme a ordem de contratação.
- As sessões de fisioterapia deverão ser realizadas somente por profissional devidamente habilitado, regularizado e registrado junto ao CREFITTO, sendo que a habilitação deverá ser apresentada junto à documentação exigida neste edital.
- A proponente credenciada deverá manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, com todos os profissionais de saúde e da área administrativa vinculados.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



- Os proponentes credenciadas deverão registrar todos os atendimentos realizados em prontuário próprio e nos sistemas de informação que o Município definir.
- As proponentes credenciadas apresentarão, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente os serviços prestados.
- As proponentes credenciadas deverão atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria de Consolidação nº 01/2017, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.
- As proponentes credenciadas deverão afixar aviso, às suas expensas, conforme material padrão indicado pela CREDENCIANTE, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, constando a gratuidade dos serviços prestados, nessa condição, aos usuários e, deverão entregar, quando solicitado pelo usuário ou seu responsável, documento comprobatório informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais,
- As proponentes credenciadas deverão justificar, por escrito, ao usuário ou ao seu representante e à Secretaria da Saúde, no prazo de 2 (dois) dias úteis, as razões técnicas quando da não realização de qualquer procedimento contratado no credenciamento,
- As proponentes credenciadas deverão submeter-se à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 14.133/2021,
- As proponentes credenciadas estarão sujeitas a avaliação de satisfação do usuário realizada pela Área de Auditoria da CREDENCIANTE por meio de pesquisa de satisfação, conforme ANEXO X, em consonância aos artigos 4º e 5º, da Portaria de Consolidação nº 01/2017.
- **Sobre as guias de autorização das sessões de fisioterapia:**
 - As Autorizações das sessões de fisioterapia serão assinadas pelo servidor responsável e entregues aos pacientes solicitantes e nela constarão os dados de identificação e contato de todas as proponentes credenciadas, por ordem de contratação, aptas ao atendimento.
 - No título da Autorização haverá a indicação do tipo de sessão – clínica, neurológica ou domiciliar – e a quantidade de sessões autorizadas.
 - No verso da Autorização, deverá ser preenchido a data, hora de início e final da sessão, sendo que deverá ser assinada pelo paciente ou seu responsável e pelo profissional responsável pelo atendimento somente quando efetivamente realizada a sessão.
 - O paciente **não deverá** assinar o campo indicado à sua assinatura antes da efetiva realização da sessão autorizada.
 - É expressamente proibido a proponente credenciada solicitar a assinatura do paciente no campo que não seja o correspondente a sessão realizada, sob pena de descredenciamento.
 - No verso da Autorização haverá a indicação do tipo de sessão realizada com o respectivo código constante na Tabela SIGTAP e que deverá ser preenchido pelo profissional responsável pela realização da sessão, para uso posterior da Secretaria da Saúde.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



5. DO PRAZO

5.1. O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início na data de publicação deste termo até 31/12/2024, no horário de expediente em vigor.

Ibicaré – SC, 20 de agosto de 2024.

MARLENE ALBERGUINI
Fundo Municipal de Saúde de Ibicaré



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CLÍNICAS DE

FISIOTERAPIA

ANEXO I MINUTA DE

CONTRATO

Processo Licitatório Nº XXXX/2024 Inexigibilidade de Licitação
Nº XXXX/2024 CONTRATO XXXX/XXXX

REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXXX/XXXX

DAS PARTES:

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público Interno, estabelecido na Rua Dom Pedro II, n. 133, Centro, no Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, neste ato representado -----, CPF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: A PROPONENTE XXX inscrita no CNPJ/CPF sob o nº xxx, com sede à xxx, no Município de xxx, xxx, fone xxxx, e-mail xxxx, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) xxx, inscrito no CPF sob o n. xxx doravante simplesmente designada **CONTRATADA**.

Nos termos do Edital de Credenciamento supracitado, bem como das normas da Lei n. 14.133/21 e suas alterações posteriores, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O Objeto do presente contrato consiste _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste contrato deverá ser executado em estrita obediência ao presente instrumento, devendo ser observados integralmente o edital de credenciamento e seus anexos, documentos de credenciamento apresentados pela proponente, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, sendo qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, considerado especificado e válido.

2.2 A CONTRATADA deverá iniciar a execução do objeto conforme avençado neste instrumento.

2.3. A quantidade autorizada mensalmente poderá sofrer variações, considerando as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e observando as disposições legais, sendo que não há, por parte do Fundo, obrigatoriedade ou garantia de um número mínimo.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



2.4. Fica a critério do (s) Paciente (s) a escolha do (s) estabelecimento (s) credenciado para a realização do serviço.

2.5. A **CONTRATADA** deverá atender expressamente as exigências mínimas, conforme constante no item 4 do Edital de Credenciamento:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço total disponível para a execução do objeto do presente contrato é de R\$ _____ (valor por extenso), conforme memorando nº _____ da Secretaria Competente.

3.2. O valor a ser pago será conforme tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR

3.3. Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão fixos e irrevogáveis, considerando o prazo de vigência contratual, vedado qualquer reajustamento de preços contrário aos termos do que dispõe o §1º art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação aplicável.

3.4. O pagamento pela execução dos serviços objeto do presente Contrato à CONTRATADA será efetuado mensalmente, após a execução dos serviços objeto deste instrumento e a entrega da relação dos pacientes atendidos naquele mês, mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

3.5. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Compra ou Serviço, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

3.5.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

3.6. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 3.4 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.

3.7. Antes de ser efetuado o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA com relação aos documentos de habilitação, conforme determina a Lei n. 14.133/21, cujos documentos serão anexados no processo de pagamento.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.9. A CONTRATANTE somente atestará a entrega dos serviços e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

3.10. O Poder Executivo do Município de Ibicaré, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 24/2023, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos pagos a pessoas jurídicas pela Administração Pública Direta e Indireta, e Câmara de Vereadores do Município de Ibicaré, SC, e dá outras providências”, bem como em



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



observância o disposto no art. 64, da Lei Federal nº

[9.430](#) de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

3.11. Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 24/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais – MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

3.12. Na forma do art. 2º do Decreto Municipal n. 24/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores a 1º de agosto de 2023 deverá constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

3.13. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

ÓRGÃO: 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Despesa: **8**

Projeto Atividade: 2.016 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0000

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. **O presente Contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2024, a contar da data de sua assinatura em XX/XX/XXXX, obedecida a regra geral da Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores.**

5.2. Encerrada sua vigência, nas hipóteses do item acima a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

6.1.1. Executar os serviços objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados pela CONTRATANTE e de acordo com o Edital de Credenciamento, documentos apresentados e com o presente instrumento, bem como cumprir com todas as normas e determinações necessárias para a realização dos serviços, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas.

6.1.2. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

6.1.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.1.4. Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo Edital de Credenciamento, sem ônus à



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



CONTRATANTE, nos termos do que assegura os art. da Lei n. 14.133/21.

6.1.5. Manter durante a execução do Contrato todas as condições mínimas de habilitação e qualificação exigidas.

6.1.6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme art. da Lei n. 14.133/21.

6.2. São obrigações do CONTRATANTE:

6.2.1. Comunicar à CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços objeto deste contrato.

6.2.2. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e informações indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato.

6.2.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços objeto deste contrato, visando a sua regularização.

6.2.4. A CONTRATADA rejeitará, no todo ou em parte, o serviço que a CONTRATADA executar em desacordo com as especificações do Edital de Credenciamento e do presente contrato.

6.2.5. Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos na Cláusula Terceira.

6.2.6. Providenciar a respectiva publicação, em resumo, do extrato do presente instrumento e de eventuais aditivos, na imprensa oficial, na forma prevista em Lei.

6.2.6.1. As despesas resultantes da publicação e de seus eventuais aditivos correrão por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Nos termos do que determina o art. 117 da Lei n. 14.133/21, a execução deste Contrato será fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, especialmente designado em ato próprio da autoridade competente, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, na hipótese de não serem sanadas de imediato, serão objeto de notificação formal e escrita, havendo a possibilidade de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, na Lei n. 14.133/21 e demais legislação aplicável.

7.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

7.3. O fiscal deverá solicitar à autoridade superior competente as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.

7.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, notadamente pelo não cumprimento das



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



normas de licitação e contratos, em face do disposto nos art. 158 da Lei n. 14.133/21 e suas alterações, garantida a prévia defesa, sujeita às seguintes sanções legais:

- a) advertência;
- b) multa, por atraso injustificado na execução do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.2. As penalidades serão aplicadas, também, em observância ao Decreto Municipal Nº 024/23 (anexo), que regulamenta a aplicação de sanções administrativas em Licitações e Contratos Administrativos no Municípios de Ibicaré. Disponível no sítio: www.ibicaré.sc.gov.br.

8.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade, facultada a defesa prévia ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.4. De conformidade com o art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista neste instrumento.

8.4.1. Sem prejuízo das penalidades previstas no art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de Multa de mora, observado o Decreto Municipal n. 024/21, nas seguintes condições:

- I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- III. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de execução, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;
- IV. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- V. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de execução.

8.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma da Lei nº 14.133, de 2021 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, observada a seguinte ordem:

- I. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando for o caso;
- II. mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

8.5.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.5.2. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 5 (cinco) dias, e a



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

8.5.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 8.4.1.

8.5.4. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 8.4.1 não se aplica às hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

8.5.5. A multa será descontada dos créditos que a CONTRATADA possuir com o CONTRATANTE.

8.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada conforme a natureza e a gravidade da falta eventualmente cometida;

8.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação, podendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão, dentro do mesmo prazo.

8.7.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.7.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for expressamente disposto em contrário.

8.8. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a eventual aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial do Município CONTRATANTE.

8.9. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dias úteis de expediente no órgão ou na entidade.

8.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas no Decreto Municipal 024/21, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Os serviços objeto deste contrato serão recebidos pela CONTRATANTE consoante o disposto na Lei Federal n. 14.133/21 e demais normas pertinentes.

9.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, fornecer o objeto conforme especificado na Cláusula Segunda deste instrumento, sob pena de incorrer nas penalidades cabíveis, pelo descumprimento de cláusulas contratuais, conforme acima.

9.2.1. O recebimento provisório do objeto implica tão somente na transferência da responsabilidade pela sua guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo, somente será dado após a verificação da total regularidade do objeto, após comprovação da qualidade e conseqüentemente aceitação, se for o caso.

9.3. O objeto será rejeitado na hipótese de se for fornecido em desacordo com o estabelecido no Edital, proposta e Contrato.

9.3.1. Na hipótese de o objeto não ser executado de acordo com as especificações, normas e instruções



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



fornecidas ou aprovadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Ibicaré, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da CONTRATADA.

9.4. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela qualidade e segurança do objeto fornecido.

9.4.1. O recebimento do objeto, de modo Provisório ou Definitivo, não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, 14.133/21, cabendo à CONTRATADA refazer, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, desconformidades ou incorreções resultantes de sua execução, dentro do prazo razoável a ser concedido pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações pela CONTRATADA.

9.4.2. Caso as eventuais correções não ocorram no prazo determinado, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, determinado por ato unilateral e escrito da Administração, na hipótese de ocorrência dos casos elencadas da Lei n. 14.133/21.

10.2. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, de forma amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração, nos termos do que assegura a Lei n. 14.133/21.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece, desde logo, o direito de a CONTRATANTE adotar, no que couber, as medidas previstas na Lei n. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

11.1.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste instrumento, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, constituindo sua inobservância, motivo para rescisão do contrato. (14.133/21)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DOS CASOS OMISSOS

12.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao Edital de Credenciamento que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz da Lei n. 14.133/21 e suas alterações, e demais legislação aplicável ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1. A troca eventual de documentos e informações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser feita por escrito, mediante protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou outros meios correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questionamentos, porventura, relacionados à execução do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas ao final subscritas, a fim de que produza seus efeitos legais, cujo instrumento ficará arquivado, em uma via, no Município de Ibicaré e uma via com a proponente, nos termos do que dispõe na Lei n. 14.133/21.

Ibicaré/SC, _____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário (a) de XXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

Testemunhas:

Nome: CPF:

Nome: CPF:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

A proponente _____, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, no Município de _____, Estado de _____, através do seu representante abaixo assinado, **DECLARA** atender as exigências mínimas descritas no edital de credenciamento nº _____, cujo objeto é _____, **DECLARA também** que irá disponibilizar os profissionais, dependências físicas e materiais necessários para a execução dos serviços durante o prazo de vigência do contrato a ser firmado.

_____, _____ de _____ de _____.

Razão Social da proponente Representante
CPF



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A proponente _____, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, no Município de _____, Estado de _____, através do seu representante abaixo assinado, **DECLARA** que executará os serviços relativos ao edital de credenciamento nº _____, cujo objeto é _____, de acordo com as especificações e valores nele contidos, durante o prazo de vigência do contrato a ser firmado.

_____, ____ de _____ de _____.

Razão Social da proponente Representante
CPF



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Ao Fundo Municipal de Saúde – Ibicaré/SC Edital de

Credenciamento n. _____

Proponente requerente: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

CNPJ/MF: _____

Responsável Legal: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Item Requerido:

XX

Documentos Apresentados, conforme Edital:

XX

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

_____, ____ de _____ de _____.

Razão Social da proponente Representante

CPF